

**O LIVRO DIDÁTICO E A LÍNGUA PORTUGUESA:
UM OLHAR PARA O TRATAMENTO DISPENSADO
À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Priscila Vieira (UESB)
pri_menezes@live.com
Vivian Antonino (UESB)
viviantonino@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a abordagem do fenômeno da variação linguística no livro didático (LD) e como essa temática é apresentada aos alunos do ensino fundamental II. Para a realização deste estudo, selecionamos um livro didático de língua portuguesa utilizado em escolas particulares, destinado ao 6º ano e tomamos como base um roteiro apresentado por Bagno (2007) que traz instruções norteadoras para avaliar a adequação do tratamento da variação linguística. Desenvolvemos um estudo descritivo, no qual buscamos observar como o livro didático trata do fenômeno variacionista e se ele aborda algumas questões fundamentais ao versar sobre o tema ou apenas fala brevemente sobre ele para contemplar uma obrigatoriedade. O livro analisado demonstra que, apesar do assunto ser abordado, deixa de contemplar vários aspectos importantes ao falar sobre a variação e que algumas lacunas não são explicitadas, reafirmando o mal do preconceito linguístico, que ainda é muito forte em nosso país. Percebe-se a necessidade de a escola abandonar a classificação arcaica do certo e do errado e apresentar aos alunos não só a variante culta, mas também a pluralidade linguística brasileira.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Livro didático. Variação linguística.

1. Introdução

Quando se fala sobre variação linguística, se fala da existência de variedades diferentes de uso de uma mesma língua. Existe um modelo abstrato de língua, uma norma-padrão, e os falantes utilizam esta norma de modo diferente a depender de inúmeros fatores (região, nível de escolaridade, classe social, sexo, idade etc.). Mais especificamente, no caso da língua portuguesa, que possui inúmeras variantes, existiu ainda o fator do grande contato entre línguas, que houve tanto no Brasil no período colonial, quanto em Portugal. Esse contato maciço histórico ocorrido entre falantes possivelmente ocasionou diversas mudanças na língua falada pelo povo brasileiro atualmente.

Historicamente, percebia-se uma realidade sociolinguística polarizada, com os falantes de normas cultas de um lado, opondo-se a falantes

de normas populares de outro (LUCCHESI, 2001). Tal polarização ainda pode ser notada. No entanto, pensando nos fatores que geram as variações dentro da língua portuguesa da atualidade, é lógico dizer que as mudanças surgidas na fala das classes altas são mais aceitas que as mudanças encontradas na fala das camadas populares. A língua é, e sempre foi, uma arma de segregação social ou, como bem afirma Gnerre (2009, p. 22), “(...) a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”, logo, a língua portuguesa falada de um modo diferente pelos escravos e índios e, posteriormente, pelos mais pobres, serviu como uma forma de discriminar os falantes. Estabeleceu-se a ideia de que existe uma forma correta de se usar a língua, que deveria ser a mais parecida com a norma-padrão, que é

(...) um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” de valores fixados na tradição escrita. Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 2009, p. 6-7)

Assim, as normas populares são vistas como formas erradas e que devem ser banidas, e não como uma manifestação legítima da língua.

Essa ideia foi tomada como regra por muito tempo e influenciou o ensino da língua portuguesa na escola. Segundo Faraco (2004), as primeiras intervenções realmente substanciais no ensino da língua, feitas por linguistas, só foram vistas a partir dos anos 70. Antes disso, só era válida a norma-padrão, e a fala real dos alunos era estigmatizada, esquecida. Todavia, a interferência dos linguistas, que foi relevante para o estudo da pedagogia e do funcionamento da língua materna, continuou gerando, segundo Faraco, uma “cristalização de alguns equívocos” e “equívocos relacionados com a compreensão dos fenômenos da variação linguística” (FARACO, 2004, p. 1). Isto significa dizer que, apesar de os linguistas estarem presentes na elaboração do material didático que auxilia no ensino da língua, eles não conseguem falar da variação linguística de um modo produtivo.

As variações continuam sendo tratadas de modo incoerente, havendo, na maioria das vezes, confusão entre as normas padrão e culta. Para esclarecer tal distinção, é possível recorrer a Celso Cunha (1985), que, com base na teorização coseriana sobre norma, faz uma diferenciação entre norma objetiva e norma subjetiva: aquela tem relação com padrões observáveis na atividade linguística de um grupo determinado, e

esta é relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho linguístico dos falantes dentro de uma comunidade.

Assim, apesar de as expressões norma culta e norma padrão aparecerem, muitas vezes, utilizadas de maneira sinônima, a distinção que se faz entre ambas se utiliza dos conceitos de norma objetiva e subjetiva. A norma padrão reúne formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas, impondo, determinando aquilo que deve ser dito, ou seja, é subjetiva. A norma culta, por sua vez, conteria as formas utilizadas por falantes pertencentes a segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo, conforme postulado pela clássica definição do Projeto NURC.

O ensino de língua portuguesa prioriza a norma padrão em detrimento de qualquer tipo de variação, gerando um claro e problemático preconceito linguístico, que é “alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é ‘certo’ e o que é ‘errado’, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e o livro didático”. (BAGNO, 1999, p. 14)

Então, apesar dos esforços, os livros didáticos e as gramáticas prescritivas continuam servindo como armas segregacionistas, estigmatizando as variações das camadas populares e seus falantes. Ensinar nos livros didáticos que estas variações são fenômenos comuns e que não existe forma errada de se comunicar poderia acabar com um grande preconceito existente na sociedade brasileira atual, o que poderia favorecer as camadas mais populares. No entanto, outra é a intenção das elites, aquelas que falam “corretamente” o português.

São essas pessoas mais elitizadas, oriundas das regiões mais favorecidas do país que produzem o maior número de livros didáticos distribuídos no Brasil. Se elas não possuem a intenção de apresentar o fenômeno da variação como algo positivo, falar desse assunto de modo tão errôneo, como tem se visto nos livros, é uma forma de burlar a obrigatoriedade em se tratar da variação. A maioria dos autores coloca pequenos textos ou breves atividades, apenas para atender uma regra, cabendo ao professor ampliar as informações, ou não.

Apesar de tudo, alguns livros atuais apresentam a variação de modo mais completo e positivo, conseguindo mostrar aos alunos um cenário diferenciado. Mas o que o livro precisa conter para falar positivamente do fenômeno variacionista? Para responder, Bagno, em seu livro “Nada

na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística” (2007) traz um roteiro com dez questões para se analisar um livro didático (LD).

Analisar-se-á então, aqui, como é tratada a variação linguística em um livro didático do 6º ano do ensino fundamental, publicado em Recife no ano de 2012 e utilizado atualmente em redes privadas de educação. Inicialmente, é interessante observar que o livro fora publicado em Recife, escrito por autores também nordestinos, ao contrário da maioria dos livros didáticos.

2. Como o livro didático aborda o fenômeno da variação?

O livro apresenta uma subseção específica para apresentar o fenômeno da variação linguística. O primeiro capítulo do livro é intitulado “Linguagem” e apresenta a conceituação de linguagem com dois textos intitulados “construindo a linguagem” e “da difícil arte de redigir um telegrama”. São propostas duas atividades: uma vocabular e outra de interpretação de texto. Posteriormente, é mostrada uma seção de gramática que apresenta as noções de linguagem verbal e não verbal, também com textos e atividades. Ainda nessa seção, três páginas foram reservadas para tratar das variantes linguísticas, sendo o texto subdividido nos seguintes tópicos: variantes linguísticas, regionalismo, gíria, jargão, arcaísmo, estrangeirismo, neologismo e níveis de linguagem – formal e informal. Além disso, o livro do educador propõe conteúdos complementares, como a Revista da Língua Portuguesa, da editora Segmento e o livro *A língua de Eulália*, de Bagno, para que o professor possa ampliar o estudo das variações a partir de atividades extras.

Os autores do livro didático trataram a variação, num primeiro momento, de um modo positivo, afirmando que são marcas distintivas de alguns grupos e frisando que todas são convenientes, desde que o falante consiga estabelecer comunicação. No restante do livro, o assunto não volta a ser retomado, a não ser por algumas indicações de leitura ao professor, como o Dicionário de Expressões Populares da Língua Portuguesa, e por breves atividades de antônimos e sinônimos, que permite, limitadamente, abordar o uso de variantes, caso o professor tenha interesse em fazê-lo.

O simples fato de o livro didático citar o fenômeno da variação linguística já é muito positivo, até porque essa é uma obrigatoriedade, no entanto, para explicá-la de modo completo, algumas informações preci-

sam estar presentes. Uma delas é questão da pluralidade de línguas existente no Brasil. Como já fora supracitado, existiu no Brasil um grande contato entre línguas distintas. A língua portuguesa já viera para cá bastante modificada por conta das situações de contato entre os portugueses e povos africanos, árabes e europeus, e aqui se encontrou com as diversas línguas indígenas e, posteriormente, com as línguas africanas. No entanto, por conta da “formação marcada por toda sorte de autoritarismo” (BAGNO, 2007, p. 126), essas diversas línguas foram desaparecendo, para que a única língua aceita fosse a portuguesa.

Criou-se a ideia de que ser brasileiro é sinônimo de falar português, valorizando a língua europeia em detrimento das demais línguas. Não é de se espantar, já que foi o mesmo que ocorreu com as religiões de matrizes indígenas e africanas, por exemplo. Criou-se a ideia de que toda a religião não-cristã tem um quê de satânica, o que perpetuou um severo preconceito com estas religiões.

No entanto, segundo Oliveira (2009), coexistem com o português cerca de 274 línguas indígenas faladas em território nacional, além de cerca de 30 línguas de imigrantes faladas em todo país. O Brasil é, então, um país plurilíngue. No entanto, por conta do contexto violento de formação brasileira, tenta-se a todo custo negar essa pluralidade de línguas, apresentando o “mito muito poderoso do monolinguismo” (BAGNO, 2007, p. 126). O plurilinguismo foi e continua sendo silenciado, na intenção de preservar a ideia de unanimidade linguística. E a maioria dos livros didáticos se configura como um arsenal de armas para este fim, já que não tratam da pluralidade de línguas, assim como não falam do aconteceu realmente com os negros e índios, com suas religiões, etc.

O livro analisado, apesar de abrir um espaço consideravelmente grande para falar de variação, não cita em momento algum o processo de formação histórico da língua portuguesa, não fala das línguas indígenas, tampouco das africanas. O máximo que faz é dizer que algumas variantes são frutos de contextos históricos e que a “norma popular” está ligada “à evolução histórica da língua” (p. 12). Mas não explicita qual foi esse contexto histórico, muito menos fala da evolução da língua.

Em contrapartida, o livro reserva um tópico para falar dos estrangeirismos. Classifica-os como “um fato comum às línguas, devido ao contato constante entre as culturas. Por esse motivo não devem ser vistos como prejudiciais a elas” (p. 13). Neste tópico, um espaço para falar das influências indígenas, africanas, asiáticas, europeias e árabes poderia ser

aberto; não seria o mais completo, mas seria interessante ao menos citar que esses povos foram importantes para a formação da língua portuguesa brasileira. Mas o que fazem os autores? Colocam exemplos como “software”, “show” e “brother”, valorizando então as influências atuais do inglês norte-americano e deixando totalmente de fora aqueles que moldaram verdadeiramente a língua portuguesa nos primeiros anos de Brasil.

As exemplificações configuram outro problema nos livros didáticos. Como a maioria dos livros didáticos é produzida nas regiões Sudeste e Sul, os autores acabam por representar apenas as típicas marcas de algumas regiões, como o “oxente” baiano ou o “tchê” sulista, ou algumas variantes – principalmente rurais – de sua própria região. As variantes de outros locais são vistas como estranhas ou diferentes, salientando o preconceito para com elas, já que os mesmos livros são adotados em todo o território brasileiro. Ao mesmo tempo, apresentar apenas variantes rurais/regionais cria a ideia de que a variação acontece apenas nas falas daquelas pessoas providas das zonas rurais e de algumas regiões menos favorecidas.

Os autores do livro de língua portuguesa aqui analisado fizeram questão de frisar – várias vezes – que as “particularidades” da língua, ou seja, as variedades, estão bastante ligadas à região do falante, e dispuseram um tópico intitulado “regionalismo” que apresenta uma série de marcas típicas da fala de pessoas de algumas regiões. Trataram como regionalismo o “uso de vocábulos próprios de uma dada região, pelo emprego de certas construções gramaticais e por certo sotaque na linguagem oral” (p. 12). Os exemplos foram a palavra “bergamota” variante de “tangerina”; “piás” variante de “meninos”; “baladeira” variante de “estilingue” e “baba” variante de “partida de futebol”, expressões vistas no Rio Grande do Sul, Bahia e em alguns estados do Norte. Além de uma charge que apresenta dois sulistas conversando, utilizando expressões tanto do Rio Grande do Sul quanto do Ceará.

Pode-se perceber que o livro apresenta apenas variedades regionais, sem explicar as causas de sua ocorrência nem citar outras variantes de regiões mais prestigiadas. Além disso, frisa a questão do sotaque, o que pode ser um problema, já que cada pessoa fala com o sotaque característico de sua comunidade, e expor o sotaque de outras comunidades menos prestigiadas, sem um devido cuidado, pode automaticamente classificá-los como errados.

Levando em consideração o fato de o livro didático apresentar

apenas variedades rurais/regionais, é quase óbvio que não apresente variantes de comunidades prestigiadas. As variedades urbanas, de pessoas escolarizadas, não aparecem em momento algum, como se a variação linguística fosse exclusiva de pessoas não escolarizadas, o que corrobora com o preconceito linguístico. Nesse sentido, os autores cometem uma falha: colocam uma charge na qual aparece uma criança, vendendo algum produto em um isopor para um homem, na praia. Eles utilizam expressões como “parada”, “mano”, “tá me tirando, mané?”, “faz a pista” e “a chapa vai esquentar”. Isto se configura como um erro pelo fato de associar expressões que já são estigmatizadas a pessoas de determinadas classes sociais mais baixas. Ao fazer isso, parece que apenas essas classes sociais utilizam essas variantes, excluindo suas ocorrências na fala das classes altas. O uso do “tá”, por exemplo, é um fenômeno recorrente na norma-culta e até na linguagem escrita.

Os autores apresentam ainda um tópico intitulado “jargão”, que mostra alguns termos como “cefaleia” ou a frase “a alta na Bolsa de Valores aqueceu o mercado e facilitou a oferta de crédito”, como sendo gírias ou expressões típicas de profissões favorecidas – médicos, economistas, advogados. É interessante que se analise o que “implicitamente” fazem os autores: expressões mais estigmatizadas aparecem na fala de pessoas de classes inferiores, enquanto expressões mais formais aparecem como variantes na fala de pessoas de classes mais abastadas. Eles parecem querer dizer que as variantes “informais” só aparecem na fala popular, e na fala culta não acontece variação, o que conduz o leitor ao erro.

Se o livro didático deixa implícito que os falantes da norma culta não apresentam variação na língua, ele acaba por cometer outro equívoco: igualar norma culta e norma-padrão. Logo no início do texto, informa que “a norma culta, ou norma-padrão, é a variante linguística ensinada na escola e requer obediência às regras da gramática normativa” (p. 11). E, como já visto, norma culta e norma padrão são coisas totalmente diferentes. A norma padrão é “o conjunto de regras padronizadas, descritas e prescritas pelas gramáticas normativas, inspiradas em estágios passados da língua e principalmente nas opções de escritores consagrados” (BAGNO, 2007, p. 130), um modelo idealizado da língua, não uma variante, como trata o livro didático. Já a norma culta se configura como “as variedades linguísticas reais, empiricamente observáveis, autênticas, que caracterizam a fala e a escrita dos cidadãos urbanos, letrados e socioeconomicamente privilegiados” (BAGNO, 2007, p. 130).

Quando se trata norma culta e padrão como a mesma coisa, se comete o erro de dizer que os falantes de norma culta (aqueles privilegiados, letrados etc.) utilizam a língua “corretamente” e não cometem variações, o que não é verdade. É preciso deixar claro que o português padrão não é utilizado por ninguém, nunca, e que a modalidade culta possui sim variações (como o uso de pronomes pessoais do caso reto como objeto direto, por exemplo), no entanto, quem as utiliza são falantes não estigmatizados. Faraco (2011), ao discutir sobre o conceito de norma, nos alerta que a discussão é mais complexa do que parece, visto que nesse fenômeno – a norma – estão imbrincados elementos de ordem histórica, social, cultural, política e, acima de tudo, elementos do imaginário social.

Bagno (2007) diz que praticamente todos os livros didáticos apresentam a ideia de que a língua portuguesa é subdividida em duas, a variedade padrão ou culta e a variedade popular (exatamente o que faz o livro aqui analisado), todavia, “o português são três: uma norma-padrão, que não é a língua de ninguém; um conjunto de variedades estigmatizadas e um conjunto de variedades prestigiadas” (BAGNO, 2007, p. 131).

Além de não apresentar uma série maior e mais diversificada de variantes, o livro didático não se aprofunda no tratamento às variações, só recorre às divergências lexicais e vocabulares – algo também muito comum na maioria dos livros didáticos. Entretanto, quando se fala de variação não se pode esquecer as variantes morfossintáticas e sua história de ocorrência na língua. Cada grupo social, a depender de vários motivos, usa os recursos gramaticais de formas diferentes. Por exemplo, a norma padrão prescreve o uso do pronome “vós” para a segunda pessoa do plural, e os verbos devem carregar as desinências típicas dessa pessoa verbal (ex.: vós falais). No entanto, ninguém, nem os falantes de norma culta, utilizam o pronome “vós”, já que nos anos de formação do Brasil houve a entrada da forma de tratamento “você/vocês” no quadro pronominal do português.

A norma culta, ou as variedades mais prestigiadas, utilizam, no lugar do pronome “vós” a forma de tratamento “vocês”, com as formas verbais de terceira pessoa do plural (ex.: vocês vão), já as variedades menos prestigiadas utilizam bastante o “vocês” com formas verbais de terceira pessoa do singular (ex.: vocês vai) ou o “a gente” com formas de primeira pessoa do plural (ex.: a gente vamos). Todas essas ocorrências configuram o chamado “paradigma misto” proposto por Lopes (2008). Esse paradigma configura a correlação de alguns pronomes com formas verbais que não são as suas correspondentes segundo a norma-padrão.

Esse paradigma é presente hoje na fala de todas as camadas sociais e aconteceu por conta da entrada das formas de tratamento “você” e “a gente” no sistema pronominal, assim como também foi influência do contato entre línguas que houve no Brasil.

Mas se esse fenômeno é algo tão comum na língua portuguesa, por que ele não é apresentado nos livros didáticos? Essas variações, mesmo recorrentes, não concordam com as prescrições normativas, e são elas que regem os livros didáticos de língua portuguesa. Os livros não apresentam a língua real aos alunos, mostram a língua padrão, aquela mesma que ninguém usa, e se esquecem de apresentar os fenômenos reais da língua.

Não apresentar as realidades morfossintáticas (não só o paradigma pronominal, mas também outros fatos, como o desaparecimento de alguns tempos verbais) amplia um problema recorrente no ensino de língua materna no Brasil: o que é ensinado nas escolas é uma língua totalmente abstrata, cheia de normas e regras absurdas e não vistas no cotidiano dos alunos. Estes se veem numa situação complicada, já que estudam uma língua que não utilizam e acabam por se desinteressar do estudo do português.

A variação é tratada ainda como algo que ocorre apenas na modalidade falada da língua. Porém, é sabido que a variação não se limita à língua falada e também tem sido frequente nas modalidades escritas, principalmente depois do fenômeno da internet. Todavia, Bagno (2007) fala do surgimento da “ideia falsa de que a fala e a escrita são absolutamente diferentes e que, para piorar, a fala não tem lógica nem gramática, é o lugar do erro, enquanto a escrita é lógica, organizada, homogênea, etc.” (p. 136). Essa afirmação implica dizer que a escrita corresponde – ou deve sempre corresponder – à modalidade padrão da língua. A variação não é aceita quando se escreve. Já na modalidade falada, é como se cada usuário fizesse dela o que quer, como se fosse uma grande bagunça.

Os livros didáticos perpetuam essa ideia quando dizem, por exemplo que “o emprego da língua não apresenta rigidez” ou que a variante ensinada na escola “requer obediência às regras da gramática normativa”, como se a língua culta ensinada na escola e usada na escrita não aceitasse variação nunca. Essas afirmações foram retiradas do livro didático, que não aborda as variações na modalidade escrita. Já que elas não são citadas, pode-se intuir que são compreendidas por muitos autores falantes de norma culta como fenômenos incorretos.

A presença das variações numa dada língua é totalmente comum, já que cada sistema linguístico muda ao passar do tempo, tal qual os seus falantes. Cada variação representa uma possível mudança na língua. Essas mudanças levam muito tempo para acontecer efetivamente. Todo aspecto que muda, muda lenta e gradualmente. Primeiro começa a ocorrer a variação; depois ela é aceita por todas as classes e, principalmente, pelas mais favorecidas; as variantes convivem por um tempo e, talvez, o uso de uma das variantes suplante a outra. É o que aconteceu com o pronome “vós”, já citado aqui. Seu uso foi suplantado pelo uso da forma de tratamento “vocês”.

Não obstante, a maioria dos livros didáticos não aborda fenômeno da mudança linguística, como se as variantes surgissem de uma hora para outra, sem regras ou nenhum tipo de organização. O máximo que os livros didáticos fazem, às vezes, é comparar algumas frases ou expressões não mais utilizadas, apresentando apenas a mudança lexical.

O tópico “Arcaísmo” do livro didático apresentado aqui se dedica exatamente a apresentar expressões ou construções arcaicas, que deixaram de ser usadas atualmente ou aparecem restritamente na fala dos mais idosos. São citadas como exemplo expressões como “retrato”, “festinar” e “vossa mercê”. Mas também não explica o processo histórico que ocasionou estas mudanças, tampouco cita a ocorrência das mudanças mais profundas (gramaticais).

Outro erro clássico dos livros didáticos é apresentar, ainda, a variação linguística apenas para ressaltar a importância da norma padrão. O livro didático para o qual esse trabalho se dedicou ressalta, no tópico “níveis de linguagem”, a questão do contexto situacional, ou seja, utiliza-se a língua de formas diferentes a depender das situações. Os autores tentaram frisar que “o que importa é a adequação do nível empregado à situação em que se produz o ato de fala”, libertando-se assim de cometer um tratamento inadequado.

Apesar de não apresentar com excelência a noção de variação linguística, a obra não a trata com um preconceito explícito, mostrando que a variação ocorre comumente na língua, mas também que é necessário o conhecimento da norma culta como um meio de “valorização social” (p. 14).

Finalizando, apesar de dedicar várias páginas e tópicos à variação linguística, fala muito vagamente sobre ela, deixando várias lacunas e incoerências. Logo, é quase óbvio que no restante do livro seja silenciada toda e qualquer variação linguística. Felizmente, porém, os autores não

cometeram – neste livro – o erro de colocar atividades para que os alunos corrigissem as variantes, colocando a forma correta de se falar cada coisa.

Contudo, os capítulos consecutivos do livro seguem apresentando as noções gramaticais e frisando a sua importância de um modo conservador, assim como nos livros das séries seguintes (sétimo e oitavo anos), que trazem textos de falares distintos e pedem para que os alunos corrijam as expressões, esquecendo-se de tudo o que foi falado sobre o fenômeno variacionista.

3. *E o que se propõe para o ensino?*

Ao afirmar a necessidade de tratamento da variação linguística nos livros didáticos, não se pretende dizer que a escola deva furta-se de dar a conhecer ao aluno a variedade padrão da língua. Reconhece-se que é papel da escola ocupar-se preferencialmente do ensino da chamada norma oficial e, então, garantir ao indivíduo o conhecimento das variantes socialmente prestigiadas é algo relevante, pois a norma padrão é um instrumento de poder. E numa sociedade tão desigual como a brasileira, cada vez mais se faz necessário dar ao aluno formas de se colocar socialmente, por isso, o que ensinar e como ensinar é uma decisão política com implicações para toda a sociedade, conforme assinalam Naro e Scherre (2006), uma vez que

Em toda e qualquer sociedade socialmente estratificada, o conhecimento do padrão ou o conhecimento de variedades de prestígio é, de fato, uma ferramenta de afirmação, enquanto o uso de formas não-padrão ou de formas sem prestígio pode conduzir à dominação e exploração econômica. Enquanto esta ampla situação não mudar, negligenciar as formas padrão ou as formas de prestígio na educação é quase equivalente a negligenciar os próprios falantes das variedades sem prestígio, no sentido de dificultar a sua inserção no processo produtivo. (NARO; SCHERRE, 2006, p. 236-7)

Considera-se importante dar consciência ao cidadão da existência das variedades socialmente prestigiadas para que possa ter acesso a elas como forma de não ser excluído. É igualmente importante garantir-lhe o acesso a essa modalidade sem que se alimente a falsa ideia de sua incompetência linguística. Vale dizer ainda que, no ensino de língua, é preciso considerar as especificidades de cada modalidade, reservando-lhe o direito à legitimidade.

As atividades propostas nas salas de aula devem incentivar a reflexão sobre os fatos linguísticos e não apenas propagar os conceitos de

‘certo’ e ‘errado’, como frequentemente acontece. O ensino de língua portuguesa deve objetivar a formação do estudante para que ele consiga produzir e decodificar textos, orais e escritos, em modalidades formais, levando em conta o funcionamento real da língua. Para isso, é preciso “reconhecer a existência das formas alternantes – padrão e não padrão – e, sobretudo, seus contextos de uso, sem, contudo, desprezar o ensino da norma oficial. Esta, o indivíduo aprende como uma segunda língua” (NARO; SCHERRE, 2006, p. 30), considerando que, ao adentrar os muros da escola, já domina a gramática de sua língua materna.

O ideal seria se a escola buscasse auxílio de dialetólogos e sociolinguistas, para descrever as normas cultas locais e fornecer generalizações descritivas a partir das pesquisas, abandonando a velha postura tradicionalista de categorizar a língua em certo e errado. Como informa Afrânio Gonçalves Barbosa (2007, p. 46), “dos estudos científicos virá a matéria-prima para a reflexão que o leva a entender não só a dinâmica da mudança linguística, mas a mudança na própria norma padrão”. É preciso considerar que alguma mudança já ocorreu nesse cenário, mas muito ainda precisa mudar, para que não haja mais explicações generalistas e para que os livros didáticos de português tenham, em suas páginas, o tratamento adequado à múltipla realidade sociolinguística brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Belarmina Monteiro; RIBEIRO, Volney da Silva. *Língua portuguesa*, 6º ano do ensino fundamental. Recife: Formando Cidadãos, 2012.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Saberes gramaticais na escola. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Ensino de gramática*: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán Carlo; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Políticas da*

norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *Por uma pedagogia da variação linguística*. 2004. Disponível em: <https://variacaolinguistica.files.wordpress.com/2011/06/faraco_por_uma_pedagogia_da_variacao_linguistica1.pdf>. Acesso em: 28-09-2017.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LOPES, Celia Regina dos Santos. Retratos da variação entre “você” e “tu” no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1. ed. Niterói: Eduff, 2008, vol. 2, p. 55-71.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500 – 2000). In: *D.E.L.T.A.*, vol. 17, n. 1, 2001.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta. Variação linguística, expressividade e tradição gramatical. In: GORSKI, Edair; COELHO, Izeite Lehmkuhl. (Orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 235-245

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico. *Revista Linguagem*, 11. ed. nov/dez, 2009. Disponível em: <www.lettras.ufscar.br/linguasagem>. Acesso em: 10-09-2013.